

Sete programas já estão definidos

O Instituto de Tecnologia Alternativa pretende contar com apoio de organismos das Nações Unidas, Banco do Brasil, Ministério do Desenvolvimento Urbano, Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), Secretaria Especial de Ação Comunitária da Presidência e já tem propostas concretas para sete novos programas, chamados de Frente de Ação Integral. Atualmente as atividades desenvolvidas contam com aliados como a Coordenação para Assuntos do Meio-Ambiente (Coama), Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), Empresa Brasileira de Assistência e Extensão Rural (Emater) e Universidade de Brasília, além de várias secretarias diretamente envolvidas no projeto.

O primeiro programa é o de «Ação Comunitária Integral (Paci) que consiste em se fazer um mapeamento a nível domiciliar dos «Talentos» (pessoas criativas, identificadas através de seu modo de vida, dos processos que assimilam ou das relações interpessoais e comunitárias que mantêm). Essas pessoas seriam exemplos vivos que inaugurariam uma reação em cadeia, visando resgatar os valores culturais e repassar as tecnologias alternativas, além de apoiar a organização comunitária, a inovação, criatividade e todas as iniciativas no rumo da autodeterminação. Esse trabalho seria executado por «agentes de desenvolvimento integral», indicados a nível da escala de vizinhança para serem treinados e reciclados pelo Programa, cuja base física sera o «Centro de Vivência para o Desenvolvimento Integrado», em local de fácil acesso urbano. Tais agentes, contratados pelo poder público, treinados em áreas que apresentam maior facilidade e tendência, servindo como catalisadores que levariam os indivíduos à autodeterminação. Na prática esse programa pode resultar em horta doméstica, helicultura, culinária integral, microempresa caséira, oficina de fundo de quintal, jornal de bairro, aquecimento

solar, processamento doméstico de lixo, reforma de habitação, mutirão e outras reivindicações e indicações da comunidade.

O segundo programa é o de Reorientação de Políticas Setoriais (PRPS), que visa a democratização e «ecologização» das políticas setoriais do Governo. A ideia é que o Centro de Desenvolvimento Integral exerça críticas às políticas governamentais oferecendo as secretarias subsídios concretos, visando alcançar o progresso («sinônimo de autodeterminação radical, libertação crescente das estruturas que condicionam o indivíduo e a comunidade a dependência por medo, ignorância, pressão do poder econômico tecnológico e político partidário, condicionamentos históricos e culturais, propaganda mentirosa, segregação e desenvolvimento integral («expansão geográfica de um certo grau de progresso conquistado»).

Já o Programa de Documentação e Informática Social (PDIS) vai estruturar e gerenciar um sistema de monitoramento de campo e documentação bibliográfica na área do desenvolvimento integral. Ai se incluem projetos editoriais (livros, revistas, apostilas, fichários, «tapes», painéis, entre outros).

Ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas caberia a implantação, manutenção e operação de núcleos-laboratórios de pesquisa e tecnologias alternativas, especialmente na área fitoterápica (ervas medicinais), de medicinas não alopatas (homeopatia), acupuntura, naturopatia, alimentação, nutrição, biotecnologia etc). Esses núcleos poderiam ser criados através de convênios com entidades privadas, órgãos públicos, universidades, dentro dos limites político-administrativos das comunidades e mobilizando o maior número possível de recursos humanos a nível local e sem prejuízo à pesquisa de terceiros.

O quinto programa trata de «Interiorização de Vocações Comunitárias»

— PIVC, que consiste em transferir para as pequenas cidades ou campo, famílias motivadas para isso. Dentro de uma política alternativa, o PIVC articularia outros programas como o habitacional, de microempresas etc, para viabilizar a transferência das famílias para municípios mobilizados para recebê-las.

O Programa de Assentamento Ecológico (Pase), visa implantar assentamentos agrourbanos, através de consórcio, e/ou cooperativas auto-financiáveis. Nessas «células» a expansão não poderia se dar pela inchação ou desenvolvimento da malha urbana, mas pela multiplicação integral da unidade-modelo, num segundo sitio.

O último programa trata da Legislação Básica (PLBA) e tem como finalidade desenvolver estudos, formular pareceres, propostas e acompanhar a evolução dos textos legais que poderiam emprestar respaldo para a implementação da Ação Integral, inclusive a nível nacional. Sua preocupação seria com as edificações, posturas, preservação ambiental, saúde, defesa do consumidor e com a própria constituição.

Institucionalização

O Grupo de Trabalho defende que um Conselho de Desenvolvimento Integral seja criado para definição e avaliação das políticas. Para coordenação seria criada uma Secretaria Executiva e por fim no plano operacional, as Frentes de Ação Integral (Programas), que por sua vez articulariam projetos, atividades, eventos, ações e iniciativas, também já planejadas.

Dentre os projetos, o Centro de Vivência para o Desenvolvimento Integrado de Brazlândia já foi iniciado. Ele comportará, além da Farmácia Verde, espaço para atividades sócio-culturais, exposições audiovisuais, reuniões públicas e outras.